Jornal da apubh
Informativo da Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Ano 3 - Nº 8 - Outubro de 2006

Conselho Universitário

impede debate de proposta da Apubh para professor 'associado'

Páginas 4 e 5

Devolução Garantida
Correios

Impresso Especial
7317841705/ DR /MG
A.P.U.B.H
Correios



Apubh realiza seminário sobre carreira
Página 3

As Riquezas de Minas
O Modernismo em Cataguases
Página 6



A batalha de agosto

Uma extenuante 'batalha' foi travada na UFMG, em agosto. O ponto de partida foi a reivindicação formal da diretoria da Apubh, feita em junho, junto à Reitoria, para participar dos debates sobre a regulamentação da progressão para a classe de professor 'associado'.

No início de agosto, sem receber comunicado da Reitoria, a diretoria da entidade soube por integrantes do próprio CEPE da marcação de reunião do conselho para o dia 17, quando seriam discutidos os critérios de progressão.

A diretoria da Apubh tem plena consciência de que não cabe à pessoa do magnífico Reitor, professor Ronaldo Penna, decidir pela participação de diretores da associação em reuniões de órgãos superiores da UFMG. No entanto, diante da solicitação anterior, entende que seria uma atitude no mínimo cortês ser comunicada sobre o encontro.

Mesmo assim, os diretores decidiram comparecer à reunião do CEPE para reivindicar o direito de expor a proposta sobre um assunto prioritário para a entidade nos últimos meses, devido à sua grande relevância para os docentes.

Não fosse a participação da diretoria nesta reunião, a passagem para a classe de professor associado seria hoje mais difícil do que ser aprovado em um concurso para 'titular'.

Todavia, mesmo essa mobilização foi insuficiente para sensibilizar os membros do Conselho Universitário sobre a importância da participação de uma entidade representativa dos professores da UFMG para enriquecer e democratizar o processo de discussão dos critérios de progressão.

A associação teve apenas a oportunidade de participar por menos de dez minutos de duas reuniões, quando apresentou sua proposta e recebeu pedidos de esclarecimentos. No entanto, foi impedida de assistir à apresentação das demais sugestões e de debatê-las.

Assim, o Conselho Universitário aprovou uma resolução complementar, que desagradou à diretoria da Apubh pelo seu caráter temporário, pela grande subjetividade e pela insuficiente discussão dos critérios nas unidades acadêmicas da UFMG.

O caráter temporário desta resolução implicou numa desnecessária obrigação de revisão de todos os critérios de progressão vertical e horizontal, utilizados pela UFMG na carreira docente. Esse é um vício de legisladores abominado por todos, pois implica em regulamentar uma lei para modificar outras. Já a subjetividade carrega problemas inerentes à pessoa humana. Por isso, pode ser injusta.

Vale ressaltar que a demora da Administração Central em iniciar os debates sobre a regulamentação de progressão para a nova classe impediu uma resolução complementar mais democrática.

Apesar deste quadro, a diretoria da Apubh se considera vitoriosa, pois apresentou uma proposta mais adequada ao perfil da UFMG. Além disso, provocou amplo debate político sobre um assunto até então evitado pela universidade.

Por isso, a Apubh estará alerta a todo o processo de julgamento dos pedidos de progressão à classe de professor 'associado' e não permitirá que nenhum docente seja injustiçado. É uma questão de direito!

Associação Profissional dos Docentes da UFMG - APUBH
Rua Arthur Itabirano 70, São José - Pampulha - Cep 31275 020 - Tel.: 3441-7211 Fax: 3441-1302 - www.apubh.org.br - apubh@apubh.org.br
Presidente: Robson Mendes Matos **1° Vice-presidente:** Giovane Azevedo **2° Vice-presidente:** Otávia Fernandes Souza Rodrigues **1° Secretária:** Irmgard de Assis **2° Secretário:** José Lopes Siqueira Neto **1° Tesoureiro:** José Eduardo Borges Moreira **2° Tesoureiro:** Armando Gil Magalhães Neves **1° Suplente:** Bruno Rabelo Versiani **2° Suplente:** Débora Torres Mendes **- Departamentos – Política Educacional:** Paulo Roberto Antunes Aranha, Flavio Orlando Plentz Filho,Geová José Madeira, Adriana Campos e José Luiz Borges Horta **Política de Ciência:** Ione Maria Ferreira Oliveira e Janetti Nogueira de Francisch **- Política de Ensino:** Myriam Tavares Pereira, Cleber Paulo Verdolin, Ivana Versiani **Política Cultural:** Fernando Antônio de Melo LIMOEIRO **Etnia, Gênero e Classe:** Dalmir Francisco e Maria Aparecida Moura **Hospital Universitário:** Rosangela Carrusca, Mauro Ivan Salgado, Maria Aparecida Martins e Itamar Tatuhy Sardinha Pinto **Política Sindical:** Eglea Maria Cunha Melo e Paulo Marcos Ferreira .

Jornal da APUBH
Comissão Editorial: Robson Mendes Matos, Otávia Fernandes Souza Rodrigues, José Lopes de Siqueira Neto, José Eduardo Borges Moreira, Dalmir Francisco, Fernando Antonio de Melo. **Criação e produção editorial:** Duplo Ofício Comunicação Editora **Tel:** (31) 3283-4469 - duplooficio@duplooficio.com.br **Editor e jornalista responsável:** Ronaldo Almeida RP MG 02697 JP/InterComunicação – 31-3223-0736 – intercom.bh@terra.com.br **Projeto gráfico:** Saturnino Rodrigues e Daniel Gomes. **Editoração e ilustrações:** Elias Mol

Carreira foi tema de seminário

Apubh reuniu diretores para elaborar propostas de mudanças na carreira

Para discutir e elaborar propostas destinadas à reestruturação da carreira docente, a Apubh realizou seminário nos dias 18 a 20 de agosto, no Hotel Fazenda Canto da Siriema, no município de Jaboticatubas.

Devido ao alto grau de complexidade do tema, o encontro foi mais do que oportuno e marcado por exaustivos debates. Isto, porque em 2005, o movimento docente conquistou o compromisso do governo atual de discutir, no âmbito de um grupo de trabalho do MEC, uma carreira única para os profissionais dos ensinos básico e superior. Formado por representantes do Proifes, Sinasefe, Andes, Andifes e do próprio MEC, este grupo reúne-se desde maio de 2006, em Brasília, e se apóia na meta proposta pelo governo Federal de implantar a nova carreira já em 2007.

Não existe a menor dúvida de que a criação de uma carreira única para os docentes dos diferentes níveis de ensino será um grande desafio, devido às grandes diferenças existentes hoje entre as carreiras de 1o e 2o graus e do ensino superior. Discutir uma carreira única para os docentes, passa pela discussão de novos modelos de Universidade, de financiamento da educação e da pesquisa



e de valorização do trabalho docente.

Novidades - A abertura de concursos, a partir dos anos 90, trouxe duas grandes novidades que contribuíram para o esgotamento da carreira. A primeira foi a contratação quase que exclusiva de doutores em regime de dedicação exclusiva. A segunda é que, por lei, apenas 20% dos docentes podem ascender à classe de professor titular, apesar de, aparentemente, muitas universidades federais não cumprirem esse limite. Mas este não é o caso da UFMG, que tem em seu quadro cerca de 240 titulares, o que representa cerca de 10% do número de docentes da ativa.



A criação do professor associado trouxe um novo fôlego à carreira, mas é preciso mais. É necessário que uma carreira capaz de alavancar ainda mais a qualidade do ensino superior das Ifes.

A discussão de uma nova carreira docente é essencial para o debate da Universidade Pública deste novo século. O docente é o ator principal nesta articulação com a sociedade, através do eixo ensino-pesquisa-extensão. Há mais de uma década, a universidade pública vem fortalecendo a pesquisa pela contratação de grande número de doutores em dedicação exclusiva. Todavia, isto é feito em detrimento do ensino e da extensão.

Por tudo isso, foram debatidos no seminário aspectos importantes que devem ser abordados na discussão de uma carreira única. Dentre eles, pode-se destacar a valorização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração de maneira mais uniforme; dos regimes de 20 e 40 horas e não apenas o regime de dedicação exclusiva, e a definição de critérios de avaliação que permitam ao docente progredir pela análise da sua contribuição à instituição e não apenas através da titulação.

Conselho Universitário impede Apubh de debater proposta para 'associado'

Os critérios para a progressão de professor associado, aprovados em assembléia de professores da UFMG, foram rejeitados



O grau de participação dos professores da UFMG foi seriamente comprometido pelo Conselho Universitário durante o recente processo de definição de critérios para ascensão de professor adjunto 4 para 'associado'.

A criação da nova classe é uma conquista dos próprios professores e foi iniciada há cerca de dez anos dentro da própria universidade. E mais: somente foi aprovada oficialmente, em 2005, depois de difíceis negociações junto ao MEC pelo Fórum dos Docentes das Instituições Federais de Ensino – Proifes e pela Apubh.

O calendário definido pelo MEC para a aprovação dos critérios, em 2006, foi negligenciado pela Reitoria da UFMG. Isto, porque somente convocou o Conselho Universitário para discutir o assunto quase ao final do prazo de 31 de agosto.

Foram insuficientes os alertas da diretoria da Apubh junto à reitoria para o risco de se discutir internamente, num prazo exíguo, um assunto de grande importância e interesse de um número significativo de docentes da UFMG.

Além deste alerta, a diretoria da Apubh apresentou a proposta aprovada em assembléia dos professores e reivindicou sua participação nas reuniões do Conselho Universitário para a defesa das medidas. Tanto este pedido foi negado, quanto somente foi permitida a apresentação da proposta, sem a presença de diretores durante a exposição das outras sugestões e nos debates posteriores.

– Este impedimento significou a exclusão da representação oficial dos professores da UFMG nas discussões dos critérios de ascensão para 'associado', diz o presidente da Apubh, Robson Matos. O mais grave, segundo ele, foi o Conselho Universitário ter ignorado grande parte das ponderações apresentadas pela associação e, até mesmo, por alguns dos conselheiros.

O que mais chama a atenção na decisão do conselho é o caráter transitório e vago de sua resolução ao propor a definição dos critérios para ascensão à classe de associado. E o que é pior: esta condição pode causar danos irreparáveis aos professores que não conseguirem a progressão em primeira instância. Isto, porque os critérios podem levar à reprovação de muitos docentes numa primeira avaliação, mas permitirem a aprovação após modificações pelas congregações, que, provavelmente, flexibilizarão os critérios para a próxima resolução. Assim, os docentes terão perdido irremediavelmente a possibilidade de retroatividade em seus salários a 1º de maio de 2006. Por isso, corre-se o risco de criar na UFMG duas classes de associados, os de primeira e segunda "instância".

A ausência da representação dos docentes e a lentidão do processo pelo Conselho Universitário remetem à primeira distribuição de pontos da GED no âmbito da UFMG, em 1998. Na época, o excessivo rigor utilizado em nossa universidade para atribuir tais pontos penalizou muitos professores. Agora, o conselho poderia ter evitado a vagueza de critérios, sem interferir na autonomia das unidades e propiciar os necessários debates, caso acolhesse a proposta de pontuação apresentada pela Apubh.

Ao contrário da UFMG, várias Ifes no Brasil já possuem resolução com critérios muito claros de progressão para a classe de professor associado. São os casos da UFRGS, UFC, UFJF, UFMT–Dourados.

A proposta apresentada ao Conselho Universitário pela Apubh foi motivo de debate com professores de várias unidades acadêmicas da UFMG desde a segunda metade de agosto. As sugestões tiveram boa acolhida no IGC, no ICEx, na Escola de Engenharia e nas faculdades de Farmácia e Letras. Em alguns desses locais, o apoio foi integral, pois se deu sem qualquer modificação.

Esta receptividade pode ser explicada por vários fatores, mas, certamente, o maior de todos é o fato da proposta ter sido construída por um coletivo da universidade e não de forma isolada. Por isso, tem a cara da UFMG.

Vantagens da proposta da Apubh





- **Evita a necessidade de uma resolução complementar em caráter transitório.**
- **Mantém o sistema democrático de discussão pelas unidades acadêmicas, pois deixa as respectivas congregações definirem os critérios específicos da avaliação de desempenho.**
- **Cria critérios gerais homogêneos de avaliação de desempenho que respeitam as especificidades de cada área.**
- **Evita interpretações subjetivas.**
- **Acompanha a política de pontuação aplicada pelo INEP nas avaliações institucionais atuais.**
- **Permite o acesso à classe de professor associado por um grande número de professores, sem, no entanto, transformá-lo em uma espécie de Adjunto 5. Vale lembrar que a UFMG é uma instituição de excelência, não pelo nível de exigência feito a seus docentes, mas, sim, pela qualidade destes.**

UFMG atrasa mudanças na carreira e na progressão para professor 'especial'

Ao contrário de outras Ifes, UFMG fica para trás nos processos de carreira para 1º e 2º graus. O mesmo acontece no caso do professor 'especial'

A Medida Provisória 295/06, posteriormente promulgada na Lei 11.244/06, introduziu mudanças na carreira e nas remunerações dos docentes de 1º e 2º graus. Dentre elas, a criação da classe 'especial', em substituição a de professor 'titular', referente aos docentes de nível 4 da classe E.

Esta mudança exige que docentes com títulos de 'mestre' ou 'doutor' tenham pelo menos oito anos de efetivo exercício de magistério em instituição de ensino federal ou quinze anos para quem possui diploma de especialização, aperfeiçoamento ou graduação.

Os artigos 13 e 14 da MP não se referem à necessidade de interstício ou tempo mínimo de permanência no nível 4 da Classe E para a progressão funcional da classe 'especial'. Exigem, sim, outros requisitos dos dispositivos em referência. Aliás, esse interstício não era exigido pelo § 2º do Artigo 13 do PUCRECE para o ingresso na classe de professor 'titular'.

Em outras instituições federais de ensino, como no Cefet, as progressões já ocorrem desde julho, inclusive com o pagamento de retroativos. Já na UFMG, a situação é oposta, devido à grande demora nos processos.

Assim, preocupada com a total falta de informações da UFMG aos docentes de 1º e 2º graus, a Apubh cobrou insistentemente providências e explicações à Administração Central da universidade, sem, no entanto, obter qualquer resposta.

Mais uma vez, os docentes foram prejudicados pela UFMG, pois aqueles aptos à progressão só mudaram de classe no contracheque de setembro, recebido em outubro. Mesmo assim, sem o pagamento retroativo à data da entrada em vigor da MP 295/2006 a que têm direito. Sem nenhuma dúvida, e apesar do atraso, as progressões só ocorreram por conta da pressão exercida pela Apubh junto a UFMG.

Atualmente, a associação estuda a possibilidade de adotar ações jurídicas em favor dos professores da carreira, impedidos em suas progressões verticais por conta de tempo de serviço. E também busca formas de orientar os aposentados da carreira de 1º e 2º graus. Em breve, a Apubh divulgará mais notícias sobre este assunto em sua página na internet e no jornal impresso.

Cleonice Mourão vence concurso "Grande sertão: veredas"

Cleonice Paes Barreto Mourão, da Faculdade de Letras, com o trabalho "Um nome envereda o grande sertão" foi a vencedora do concurso "Grande sertão: veredas" promovido pela Apubh.

Em segundo lugar ficou Luiz Oswaldo Carneiro Rodrigues, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com o trabalho: "Riobaldo: o medo e a coragem". Em terceiro ficou Eugênio Marcos Andrade Goulart, da Faculdade de Medicina, com "Rastreando Riobaldo".

O concurso integrou as comemorações do cinqüentenário de publicação do romance "Grande sertão veredas", de Guimarães Rosa, e os prêmios de R$ 4 mil; R$ 2 mil e R$ 1 mil aos três primeiros colocados serão entregues durante o Baile dos Professores, promovido pela Apubh, dia 28 de outubro, no Iate Tênis Clube.

Jurídico

A situação previdenciária do professor associado

A classe de professor associado foi instituída pela Lei 11.344/06, conversão da Medida Provisória 295/2006. A nova regra manteve o sistema do Decreto 94664/89, que regulamentou a carreira de magistério superior das Instituições Federais de Ensino, subdividindo-a em classes.

A classe não é considerada cargo público. Por esta razão, os professores 'associados' não terão que permanecer por cinco anos nesta condição para efeito de aposentadoria, na forma do artigo 6º da EC 41/03 - aposentadoria com proventos correspondentes à totalidade da remuneração do servidor, desde que preenchidas as seguintes condições:

I - 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher;

II - 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher;

III - 20 anos de efetivo exercício no serviço público;

IV - 10 anos de carreira e 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

No caso específico dos professores das Ifes, a satisfação do requisito de tempo de permanência na carreira determina o preenchimento das exigências de exercício do cargo. Esta lógica vale também para a regra de transição do Artigo 2º da EC 41/03 e para a redução do limite de idade do Artigo 3º da EC 47/05.

Artigo 192

Apubh estuda ação em favor de aposentados

O Artigo 192 do Regime Jurídico Único, revogado pela Lei nº 9.527/1997, assegurava ao servidor que se aposentasse com proventos integrais, o direito de receber a aposentadoria no valor correspondente à remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado. Para o servidor ocupante da última classe da carreira, o provento era equivalente à remuneração do padrão correspondente, acrescida da diferença entre esse e o padrão da classe imediatamente anterior.

Assim, os docentes do magistério superior que se aposentaram como 'Adjunto IV' até 13 de outubro de 1996, tiveram os proventos calculados com base no vencimento da classe de Professor Titular. Com o advento da Medida Provisória 295/2006, convertida na Lei 11.344/06, as universidades passaram a pagar a vantagem do artigo 192 do RJU a partir da remuneração do Professor Associado.

A APUBH entende que a alteração na forma do cálculo é ilegal porque viola os princípios da irredutibilidade de vencimentos, do direito adquirido, da segurança jurídica e da irretroatividade das normas; o que deve dar ensejo à uma ação judicial para corrigir essas ilegalidades.

apubh Jornal da

Riquezas de Minas

Na Zona da Mata de Minas, Cataguases surpreende pela história e riqueza cultural

Robson Mendes Matos



Muitas são as riquezas de Minas. Terra da Inconfidência, do barroco rococó, do pão de queijo, da cachaça de qualidade... Ainda é possível listar músicos e grandes músicas, cidades históricas, como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João Del´Rey, estâncias hidrominerais, o ouro, os diamantes, a seresta, Juscelino... Todas riquezas reconhecidas... O que talvez poucos saibam é que nosso Estado também é o berço do cineasta Humberto Mauro, da Revista Verde e do Modernismo.

Filho de Volta Grande, mas criado em Cataguases, Humberto Mauro é pioneiro na transição do cinema mudo para o cinema falado. Glauber Rocha o considerava o pai do Cinema Novo.

Em 1925, Humberto Mauro fundou nessa pequena cidade da Zona da Mata Mineira a Phebo Filmes do Brasil S.A. que, em cinco anos de existência, produziu grandes clássicos como Braza Dormida, Thesouro Perdido e Sangue Mineiro. Mauro também é considerado o pioneiro da profissão de cineasta no Brasil.

A história do cinema brasileiro é dividida em vários ciclos regionais. De todos, o Ciclo de Cataguases é um dos mais importantes, tanto pela originalidade dos filmes, quanto pela revelação de uma das figuras mais marcantes do cinema brasileiro.

No entanto, essa cidade de pouco mais de 100 mil habitantes, conhecida como Princesinha da Zona da Mata, tem outras histórias culturais.

Foi ali, que, em 1927, Ascânio Lopes, Camilo Soares, Enrique de Resende, Fonte-Boa, Francisco Inácio Peixoto, Guilhermino César, Martins Mendes, Oswaldo Abritta e Rosário Fusco criaram a Revista Verde, a principal publicação modernista de Minas e uma das mais significativas do país.

A revista teve a colaboração de vários ases da literatura brasileira, como Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Martins Mendes e Mário de Andrade. O fim da revista coincidiu com a morte de Ascânio Lopes, em 1929, mas Martins Mendes e Francisco Inácio Peixoto ainda permaneceram em Cataguases.

Peixoto foi industrial, escritor, mecenas e professor. Financiou vários movimentos culturais da cidade e foi o responsável por levar a arquitetura modernista para a cidade ao encomendar a Oscar Niemeyer o projeto de sua casa e, posteriormente, de um grande colégio. Tanto sua casa quanto o colégio contam com jardins de Burle Marx e esculturas de José Pedrosa e Jan Zach.

Após estes projetos, seguem-se outros em estilo modernista, como a Igreja Matriz de Santa Rita, projetado por Edgar Guimarães do Valle; o Hotel Cataguases, a Casa de Saúde, um clube social, um teatro, várias praças públicas projetadas por Francisco Bolonha, residências etc.

Cataguases pode ser considerada hoje um museu do modernismo a céu aberto, pois são encontrados em locais públicos painéis de Emeric Marcier, Anísio Medeiros, Djanira e Portinari, além de esculturas de Bruno Giorgi e Jan Zach. Ainda podem ser vistas inúmeras pinturas e esculturas de coleções particulares, que começam a ser expostas nos vários centros culturais recém-criados na cidade por industriais que têm a mesma preocupação com a cultura e as artes que Francisco Inácio Peixoto.

Por todos estes motivos é que Cataguases pode ser considerada uma das Riquezas de Minas.



Remetente
Associação Profissional dos Docentes da UFMG - Apubh
Rua Arthur Itabirano 70 – Pampulha – CEP 31.275-020
Belo Horizonte -MG